

ADUF **Informa** ESPECIAL

Jornal da ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN

ADUFPB

Seção Sindical do ANDES-SN

QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SÓ!



(83) 99645-7000



ADUFPBOFICIAL



ADUFPB



@ADUFPB.SINDICATO

WWW.ADUFPB.ORG.BR

ADUFPB@TERRA.COM.BR

EDIÇÃO 1 - ABRIL/2026

2025

O ano que não acabou!

Com uma agenda de lutas, ADUFPB mobiliza

docentes para **garantir direitos e batalhar contra**

os cortes no orçamento para as universidades

NESTA EDIÇÃO

- Reforma Administrativa
- Luta pela soberania
- Campanhas contra o feminicídio e o racismo
- ADUFPB na luta pela aprovação da LOA
- Atuação de GTs coloca a UFPB em destaque

QUEM TEM SINDICATO NUNCA ESTÁ SÓ! Atividades socioculturais estimulam docentes às lutas sindicais

A nossa luta é contínua e diária!

Em quase meio século de história, a ADUFPB se constituiu como um espaço de luta e de defesa intransigente dos direitos da classe docente. Adiciona-se nessa luta, o enfrentamento a projetos neoliberais que buscam a submissão do ensino às demandas do capital. Nos últimos anos, o país enfrentou um período de ameaça declarada à atuação dos sindicatos, inclusive com a tentativa de criminalizar aqueles que exerciam o direito constitucional de manifestação.

No ensino público federal, esse movimento conservador, que recupera o fascismo, tomou o comando das universidades na forma de gestões interventoras, colocadas à frente das reitorias a despeito da rejeição em massa da comunidade acadêmica. A ADUFPB posicionou-se desde o início contra o autoritarismo dessa medida, que quebrou décadas de respeito à autonomia universitária. Lutamos lado a lado com a comunidade para fazer valer o lema "reitora eleita, reitora epossada!".

Fomos para o combate, denunciando as arbitrariedades da intervenção e os ataques que se seguiram aos movimentos sociais e de classe organizados, inclusive com a tentativa de expulsar as entidades sediadas nos campi da UFPB e com a abertura de inquéritos na Polícia Federal contra docentes, servidores(as) técnico-administrativos(as) e estudantes.

Com a pandemia de Covid-19, a luta mostrou contornos ainda mais dramáticos. A ADUFPB convocou todas e todos a dizerem "não" à retomada das aulas presenciais quando os índices de contaminação pelo coronavírus ainda eram assustadores e milhares de pessoas morriam diariamente em todo o país. Reivindicou-se um plano de segurança sanitária para a comunidade acadêmica e o direito à vida.

Ainda durante o período de intervenção, o movimento docente precisou enfrentar a consolidação da política de ajuste fiscal que já vinha sendo adotada desde 2015 e que resultou num processo de "desinvestimento" em setores essenciais, entre eles, a Educação. Infelizmente, apesar da vitória nas urnas de setores progressistas, as universidades federais ainda sentem os reflexos da ascensão do pensamento neoliberal ao poder, principalmente no Congresso Na-

cional, que atua sem descanso para barrar pautas de interesse dos trabalhadores brasileiros.

Para se ter ideia, o orçamento de custeio das instituições federais de ensino (IFEs) encolheu pela metade nos últimos 10 anos, passando de R\$ 16 bilhões, em 2015, para apenas R\$ 7 bilhões no ano passado. O quadro torna-se ainda mais grave quando se considera a expansão das IFEs, com o aumento do número das universidades públicas federais de 55, em 2008, para 69 no ano passado, acompanhado do crescimento das matrículas de 643 mil para 1,3 milhão no mesmo período.

Esse é um dos principais assuntos tratados nesta edição do AdufInforma, que você tem agora em mãos. Além da questão das perdas orçamentárias, a publicação também traz um breve apanhado das principais ações da ADUFPB ao longo de 2025. A maior parte dessas lutas não se encerrou com a virada do ano e terá continuidade em 2026. Um exemplo é a mobilização contra a Reforma Administrativa, que continua tramitando no Congresso Nacional.

Outro tema importante na pauta do sindicato para este ano é a continuidade da luta contra o assédio e a violência de gênero. Em 2025, renovamos a nossa campanha de enfrentamento ao machismo e à misoginia, com faixas e cartazes pela universidade e a realização de eventos para conscientizar a comunidade sobre o tema. Em 2026, essa pauta se mantém em destaque e deve mobilizar uma série de novas ações da ADUFPB, assim como a campanha antirracista, outra prioridade do planejamento do sindicato para os próximos meses.

De certa forma, podemos afirmar que 2025 foi um ano que ainda não terminou. A nossa luta é contínua e diária. Estamos na frente de batalha contra a Reforma Administrativa e em defesa do serviço público. Continuaremos nas ruas e no Congresso cobrando um orçamento que garanta o bom funcionamento das instituições federais de ensino. E não recuaremos um passo sequer no enfrentamento ao assédio, à misoginia e ao racismo no país. Ao lado da classe docente e da sociedade brasileira.

Quem tem sindicato nunca está só!



O orçamento de custeio das instituições federais de ensino (IFEs) encolheu pela metade nos últimos 10 anos, passando de R\$ 15 bilhões, em 2015, para apenas R\$ 7 bilhões no ano passado. A maior parte das nossas lutas não se encerrou com a virada do ano e 2026 promete muito mais!

ADUF Informa
ESPECIAL

O jornal ADUfInforma Especial é uma publicação da Assessoria de Comunicação da ADUFPB.

Diretora de Divulgação e Comunicação da ADUFPB: Elisângela de Oliveira Inácio

Jornalistas responsáveis: Ricardo Araújo, Renata Ferreira e Maurício Melo

Edição e Revisão: Cristiano Bonneau, Edson Franco, Ricardo Araújo, Renata Ferreira e Maurício Melo

Projeto Gráfico e Diagramação: Ricardo Araújo - Fotos: Ascom/ADUFPB e colaboradores



(83) 99645-7000



ADUFPBOFFICIAL



ADUFPB



@ADUFPB.SINDICATO

ADUFPB na luta pela APROVAÇÃO DA LOA

Sindicato também atuou pela implementação do acordo de greve

A atuação da ADUFPB ao longo do primeiro trimestre de 2025 integrou a mobilização nacional dos servidores federais pela aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), cujo atraso travou a implementação de acordos firmados na greve de 2024. Desde o início do ano, o sindicato cobrou publicamente o cumprimento do reajuste de 9% acordado com o Governo Federal, denunciando os prejuízos à categoria docente e apontando a responsabilidade do Congresso Nacional, que travou o andamento da proposta para coagir o Executivo a liberar as emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota, publicada no dia 4 de fevereiro, a ADUFPB cobrou atenção com a categoria docente e apontou responsabilidade também do Governo pelo atraso no envio do projeto orçamentário ao Legislativo. Em março, a entidade intensificou a mobilização com ações nos quatro campi da UFPB, incluindo panfletagens, debates e participação em audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba (no dia 11 de março).

As atividades buscaram alertar a comunidade acadêmica sobre os impactos do impasse orçamentário em áreas estratégicas como bolsas, pesquisas e investimentos nas universidades, além do atraso na recomposição salarial. A mobilização também ganhou repercussão na imprensa local, que destacou o protagonismo da ADUFPB no debate público sobre o orçamento e seus efeitos para o funcionalismo.

Em matéria publicada no dia 7 de março, o jornal A União abordou as perdas salariais acumuladas pelos docentes federais e o impacto do atraso da LOA no reajuste previsto para 2025, destacando entrevista com o presidente da

ADUFPB, professor Edson Franco.

A diretoria do sindicato também participou da Jornada de Lutas do Funcionalismo Público Federal em Brasília, nos dias 11, 12 e 13 de março, com atos, reuniões institucionais e interlocução com parlamentares. Durante a agenda, a entidade reforçou a defesa da aprovação imediata da LOA e apresentou pautas estruturais do magistério federal, ampliando a pressão política pela votação do orçamento. As atividades incluíram a recepção de parlamentares no Aeroporto Internacional de Brasília, um seminário sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos e uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto.

ARTICULAÇÃO — A ADUFPB também enviou correspondência aos parlamentares da Câmara e do Senado informando sobre sua participação na Jornada e destacando temas prioritários, como a aprovação da PEC 555, que revoga a contribuição previdenciária de docentes aposentados, e o reenquadramento de aposentados nas novas carreiras docentes.

APROVAÇÃO EM MARÇO/2025 — A LOA de 2025 acabou sendo aprovada apenas em 20 de março, após semanas de impasse no Legislativo, e sancionada em abril pelo presidente Lula. O atraso, associado à disputa envolvendo a liberação de emendas parlamentares — capitaneada por setores liderados pelo presidente da Câmara, Hugo Motta — adiou a implementação do reajuste docente para abril. Para a ADUFPB, o período evidenciou a importância da mobilização sindical permanente diante de entraves políticos que impactam diretamente os direitos do funcionalismo e o financiamento das políticas públicas.





A UNIVERSIDADE NÃO PODE VIVER DE EMENDAS



As instituições federais de ensino superior estão, há anos, sendo asfixiadas pela falta de recursos, dentro de um processo que pode levar ao colapso das universidades e dos institutos federais (IFs). Apesar dos esforços para recompor o que foi tomado da Educação nos últimos anos, o Brasil está muito longe de garantir uma situação de tranquilidade no ensino, na pesquisa e na extensão.

Docentes, técnicos administrativos e estudantes percebem claramente os efeitos dos cortes de verba, que se refletem na estrutura precária dos campi e até na ameaça do fornecimento de energia e água em algumas instituições, como já aconteceu na UFRJ. Em entrevista concedida ao canal do Andes - Sindicato Nacional em novembro de 2025, o professor Lucas Rech, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e economista visitante do Ipea, alerta para esse estrangulamento orçamentário.

Para se ter ideia, conforme levantamento feito pelo Andes - Sindicato Nacional e publicado na última edição do InformAndes, **o volume de recursos destinados às despesas de custeio e investimento (discricionárias), caiu de R\$ 16,1 bilhões em 2015 para R\$ 7,6 bilhões no ano passado.** Ou seja, hoje as instituições federais administram menos da metade dos recursos que tinham 10 anos atrás.

As despesas de custeio estão dentro das chamadas "despesas discricionárias", que incluem também os investimentos. Esse grupo de despesa difere-se das "despesas obrigatórias", que estão relacionadas aos gastos com pessoal.

Para 2026, o Orçamento prevê R\$ 7,3 bilhões para verbas discricionárias, sendo aproximadamente R\$ 6,9 bilhões para custeio e pouco mais de R\$ 391 milhões para investimentos, portanto menos do que em 2025. E esses valores só foram assegurados após muita pressão da comunidade acadêmica, uma vez que o Congresso Nacional reduziu as despesas discricionárias previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em R\$ 488 milhões. Após mobilização de docentes, técnicos-administrativos e reitores(as), o governo publicou, em 20 de janeiro, a Portaria GM/MPO nº 12/2026, que recompôs o orçamento das instituições.

MOBILIZAÇÃO DOCENTE!

A PROVEIA LOA JÁ!

O BRASIL NÃO PODE PARAR!

Senador Angelo Coronel

Deputado Federal Hugo Motta

- 🎯 Pela recomposição orçamentária das universidades
- 🎯 Pelo financiamento das pesquisas
- 🎯 Pelas bolsas de ensino, pesquisa e extensão
- 🎯 Pelo pagamento do reajuste salarial dos servidores públicos

ADUF PB Quem tem sindicato nunca está só!
Seção Sindical do Andes-DFB

O volume de recursos destinados às despesas de custeio e investimento (discricionárias), caiu de R\$ 16,1 bilhões em 2015 para R\$ 7,6 bilhões no ano passado.

Prejuízos para os estudantes

O chamado gasto-aluno/ano caiu de R\$ 9.644, em 2014, para R\$ 4.094, em 2025, uma redução acumulada de 63,2%

Esse quadro torna-se ainda mais grave quando se considera o crescimento das universidades federais em termos de serviços ofertados à população. O número de instituições aumentou de 55 em 2008 para 69 no ano passado, passando de 643 mil matrículas para 1,3 milhão de matrículas. Desta forma, o chamado gasto-aluno/ano caiu de R\$ 9.644, em 2014, para R\$ 4.094, em 2025, uma redução acumulada de 63,2%, conforme o levantamento do Andes-SN.

Para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esse cenário é ainda mais assustador. Conforme dados repassados à ADUFPB pela própria reitoria, a UFPB é a universidade federal com maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade

do país. E o desinvestimento na instituição afeta diretamente o pagamento de auxílios e de bolsas que asseguram a permanência desse público no ensino superior.

Outro ponto que chama a atenção é o fato de que esse “enxugamento” de despesas passou a ocorrer justamente em um momento de forte democratização das universidades, com a entrada, pelo sistema de cotas, de alunos que, antes, ficavam à margem da educação superior gratuita. “Justamente quando o trabalhador estava conseguindo entrar no ensino público superior, começa esse processo de sufocamento por meio da redução dos recursos”, avaliou o presidente da ADUFPB, Edson Franco.

Emendas parlamentares

Enquanto, por um lado, as universidades e IFs precisam lidar com a falta de recursos para pagar despesas básicas e manter os alunos em sala de aula, por outro, as chamadas “emendas parlamentares” aparecem, em muitas instituições, como uma “tábua de salvação” para tirar as instituições da situação de penúria. Entretanto, no fim, esse “salva-vidas” pode tornar-se mais um responsável pelo sucateamento da educação pública federal.

Conforme levantamento do Andes-SN, desde 2015, os recursos via emendas parlamentares destinados às universidades passaram de R\$ 193 milhões para mais de R\$ 600 milhões anuais, a partir de 2024, representando atualmente cerca de 10% do orçamento discricionário das universidades.

A questão é que esse dinheiro depende de articulação política e tem caráter incerto. No momento em que ele se torna parte tão relevante dos investimentos, vira também uma ameaça à autonomia das instituições de ensino, fragilizando o planejamento de ações e projetos. Frequentemente, gestores(as) veem-se reféns das negociações de emendas com as bancadas na Câmara e no Senado para garantir o mínimo para as universidades.



Além disso, o volume de recursos movimentado via emendas “infla” o montante geral da verba destinada às instituições. “Porém, sem o planejamento adequado, esse dinheiro termina não sendo direcionado para as áreas que mais necessitam. O que termina por encobrir as dificuldades financeiras vividas pelas instituições de ensino superior”, explica o presidente da ADUFPB, Edson Franco. Segundo ele, 2026 será um ano de muita luta pela recomposição do orçamento das universidades, e é preciso que a categoria esteja unida e mobilizada para cobrar do Congresso um verdadeiro compromisso com a educação pública.

Contra a REFORMA ADMINISTRATIVA

Se é ruim para o Serviço Público,
É PÉSSIMO
para a classe trabalhadora!

Uma ameaça que continua viva em 2026

Ao longo de 2025, a ADUFPB protagonizou uma intensa jornada de mobilização contra a Reforma Administrativa, consubstanciada na Proposta de Emenda Constitucional nº 38/2025, articulando docentes, servidores e a comunidade acadêmica em defesa do serviço público.

A luta ganhou força em setembro, quando professores e professoras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) decidiram, em reunião ampliada realizada no dia 4, no Centro de Vivência, aderir ao calendário nacional de paralisações. A mobilização ocorreu nos dias 10 e 11 de setembro e atingiu os quatro campi da instituição. Para o secretário-geral da ADUFPB, Cristiano Bonneau, é fundamental que os(as) docentes compreendam a gravidade da proposta, que, segundo ele, representa uma verdadeira “demolição dos direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público” e ameaça destruir a estrutura do serviço público no Brasil.

No dia 10 de setembro, primeiro momento da paralisação nacional, a ADUFPB somou forças com o Sintef e o Sintesp em uma mesa de discussão realizada no pátio do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), em João Pessoa, com a presença da vice-presidente da ADUFPB, Rita Porto, e outros diretores do sindicato. O diretor de Política Educacional da ADUFPB, Fernando Cunha, fez uma palestra sobre os impactos e as consequências da Reforma Administrativa para o país, evidenciando os riscos de precarização, perda de direitos e fragilização das políticas públicas.

Já no dia 11, as entidades promoveram um café da manhã na entrada central do CCHLA, com carro de som, panfletagem e falas políticas voltadas à conscientização da comunidade acadêmica. Em seguida, os manifestantes se reuniram em frente à



sede da ADUFPB, no Centro de Vivência, para uma roda de conversa que aprofundou a análise crítica da PEC 38/2025. Paralelamente, em Brasília, diversas entidades do serviço público realizaram ações de pressão junto a parlamentares e representantes dos ministérios da Educação e da Gestão, reforçando o caráter nacional da mobilização.

A luta também se expressou nas ruas do interior nordestino. No dia 25 de outubro, a ADUFPB participou de uma grande mobilização no município de Patos, base eleitoral do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta. O protesto reuniu trabalhadores e trabalhadoras da Paraíba e de outros três estados da região, mobilizando dez ônibus — quatro saindo de João Pessoa, dois de Campina Grande, além de caravanas de Santa Rita, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. O ato teve como objetivo denunciar publicamente o apoio à Reforma Administrativa e pressionar o Congresso Nacional a barrar a proposta.

Luta incessante contra o feminicídio e em defesa dos direitos das mulheres

Ao longo de 2025, a ADUFPB manteve atuação contínua na defesa dos direitos das mulheres, articulando mobilização e formação política em diferentes espaços. Logo no início do ano, o sindicato participou da organização das ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher na Paraíba, promovendo reuniões preparatórias e integrando o ato público de 8 de março, em João Pessoa, que reafirmou a luta contra o machismo, o assédio e a violência de gênero.



A ADUFPB distribuiu leques durante as atividades realizadas nos campi e ações realizadas nas ruas de João Pessoa

No dia 12 de fevereiro, a entidade organizou um dos primeiros encontros para discutir e organizar as ações do evento. Realizada na Sala de Leitura da sede do sindicato, a reunião foi organizada pelo Grupo de Trabalho Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), o Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA), o coletivo Mulheres em Resistência (MER), além das Diretorias de Política Social, de Cultura e de Comunicação da ADUFPB.

A entidade também promoveu, ao longo do mês de março, uma série de debates nos quatro campi da UFPB para discutir o assédio contra mulheres na política e nas universidades públicas, ampliando a conscientização e o diálogo com a comunidade acadêmica.

A agenda de enfrentamento às violências de gênero incluiu, ainda, participação institucional em espaços de formulação de políticas. Em abril, a vice-presidente da ADUFPB, professora Rita Porto, representou a entidade em audiência pública promovida pela Comissão dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa da Paraíba, que debateu a violência obstétrica no estado e reuniu especialistas, representantes de entidades civis e familiares de vítimas.

No segundo semestre, a ADUFPB intensificou sua atuação na construção da 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem-viver, apoiando a articulação local e participando da criação do comitê da UFPB para organização do movimento. A entidade foi representada no ato pela diretora de Divulgação e Comunicação, Elisângela Inácio, que também é coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS)





Outdoors das campanhas “Sou Docente Antirracista” e “Nenhuma a Menos”, promovidas pela ADUFPB na Capital e no interior

Campanhas “Nenhuma a Menos” e “Sou Docente Antirracista”

Com essas iniciativas, a ADUFPB reafirmou seu compromisso histórico com a luta feminista e antirracista, que também se refletem nas campanhas permanentes “Nenhuma a menos: Femicídio Zero” e “Sou Docente Antirracista”, ambas lançadas em novembro de 2024 e que norteiam ações de comunicação e divulgação da ADUFPB. As artes da campanha foram expostas em outdoors em João Pessoa e no interior, no final de 2024, e ilustram as agendas do sindicato, camisetas, banners no site e nas redes sociais e outros mate-

riais de mídia ainda em 2026.

A campanha “Sou Docente Antirracista” tem como objetivo fortalecer uma educação antirracista na UFPB, e reafirmar a defesa das políticas de ações afirmativas, inclusive relacionadas à cota, no concurso público e, principalmente, impulsionar ações de combate ao racismo. Já a campanha “Nenhuma a Menos - Femicídio Zero” destaca a urgência do engajamento das seções sindicais, das universidades e toda sociedade, na luta contra a violência a mulheres e no combate ao feminicídio.

“Machismo Mata – Nenhuma a Menos!”

ADUFPB instala novas faixas da campanha contra o feminicídio nos campi da UFPB

A ADUFPB instalou nos principais acessos do campus I da UFPB, em João Pessoa, e nos campi de Bananeiras, Areia e Mamanguape (no Litoral Norte) faixas da campanha “MACHISMO MATA – Nenhuma a menos! Pela vida das mulheres e pelo fim do feminicídio”. O material foi proposto pelo Comitê Mulheres em Resistência e pelo Grupo de Trabalho sobre Políticas de Classe para as Questões Étnico-Raciais e Diversidade Sexual (GTPCGEDS) e desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da entidade, dando continuidade às campanhas já desenvolvidas desde o final de 2024.

A campanha deste ano fez parte das atividades que foram realizadas pelo sindicato durante o mês de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, e busca chamar a atenção da população e



da comunidade acadêmica para o aumento de casos de feminicídio ocorridos nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a ADUFPB busca contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres.

ADUFPB EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

Atividades marcam semana de mobilização

O Brasil assistiu, ao longo do ano passado, a uma situação incomum: a pressão de uma família de políticos para que o dirigente de outro país retaliasse, de todas as formas, a sua própria nação. O motivo era a recusa a responder à justiça por crimes contra o Estado Democrático de Direito e a ordem nacional. Trata-se da família Bolsonaro, que, após a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, passou a tentar articular com os Estados Unidos medidas contra o Brasil, na esfera do comércio exterior, e contra autoridades políticas do país.

No mês de março, Eduardo Bolsonaro, terceiro filho do ex-presidente, licenciou-se de seu mandato de deputado federal e foi morar nos Estados Unidos, de onde buscou articular apoio ao seu pai, investigado pela tentativa de golpe que culminou com os atos de vandalismo em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. Apesar de anúncios do governo estadunidense impondo tarifas desproporcionais ao Brasil e de ações diplomáticas e econômicas contra ministros e membros do Supremo Tribunal Federal, o processo contra Jair Bolsonaro teve continuidade, e o ex-presidente foi colocado em prisão domiciliar no mês de agosto.

Em meio a essa ação antidemocrática da família Bolsonaro, movimentos sociais brasileiros se uniram em defesa da soberania nacional e contra a tentativa de interferência externa nas leis e nos processos democráticos do país. Dentro dessa luta, a ADUFPB participou, ao longo do ano, de atividades que reafirmaram a autoridade do povo brasileiro sobre o seu território.

Duas dessas atividades aconteceram no dia 21 de agosto. No período da manhã, representantes do sindicato participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba sobre o tema soberania nacional, com a presença de parlamentares, representantes do Ministério Público e da sociedade civil. Já à tarde, a ADUFPB também esteve em um ato público organizado por estudantes, no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPB.

A audiência realizada na Assembleia Legislativa foi proposta pela deputada Cida Ramos, que é professora aposentada do curso de Serviço Social da UFPB. A atividade



Audiência pública realizada na ALPB

também abordou temas como redução da jornada de trabalho e o sistema tributário nacional. Entre os presentes, estavam o deputado estadual Félix Araújo, o vereador de João Pessoa, Marcos Henriques, a vereadora de Campina Grande, Jô Oliveira, o procurador da República José Godoy e representantes da sociedade civil organizada.

O presidente da ADUFPB, Edson Franco, fez uso da palavra durante a sessão e destacou a atuação da família Bolsonaro e de seus aliados que comprometem a economia e atacam a soberania nacional. Ele destacou que o Brasil é independente desde 1822 e que a sua população vem construindo, "com suor, lágrima e sangue", uma nação que hoje avança no mundo como um país industrializado e com capital intelectual, mostrando sua grandeza ao mundo e criando instituições fortes.

"É preciso falar também dessa narrativa enganosa que eles tentam colocar hoje, que é a história da ditadura. Ora, quem defendeu a ditadura, quem usava até pouco tempo atrás camisa defendendo o [general Carlos Brilhante] Ustra no Congresso eram eles. Eles que gostam de ditadura", afirmou o professor Edson Franco.

O presidente da ADUFPB reforçou que o Brasil e suas instituições são soberanos. "Eles vão ter que pagar pelo que fizeram. E se for preciso mais suor, mais sangue e mais lágrima, se depender de mim e da nossa categoria, se depender do povo brasileiro, nós iremos enfrentá-los", garantiu.



Ato público na UFPB em defesa da soberania

Já no período da noite do dia 21 de agosto de 2025, o diretor de Política Educacional da ADUFPB, Fernando Cunha, participou de um ato em defesa da soberania nacional organizado pelos estudantes do Centro Acadêmico de Direito e pelo mandato da deputada Cida Ramos, com apoio da ADUFPB e da Frente Ampla Democrática da Paraíba.

O evento contou com a participação de parte das autoridades presentes na sessão da Assembleia Legislativa, a exemplo da deputada Cida Ramos, do deputado Félix Araújo, do vereador Marcus Henriques e do procurador da República José Godoy, além do advogado e ex-procu-

rador Geral da Paraíba, Luciano Pires, dos professores do CCJ Enoque Feitosa e Ana Lia Almeida, e da coordenadora-geral do Sintespb, Raquel Melo.

“Todas as falas foram no sentido de apontar a defesa da soberania no Brasil e a crise estabelecida nesse momento, em que o país sofre um ataque a um dos aspectos principais da sua democracia constitucionalmente expressa, que é o Estado Nacional de Direito”, afirmou Fernando Cunha. Segundo ele, os presentes também apontaram como corretas as medidas tomadas pelo governo brasileiro, não cedendo às chantagens, e sim buscando mecanismos de resposta macroeconômica e política.

A ADUFPB APOIOU A VOTAÇÃO DO PLEBISCITO POPULAR

Em 2025 a ADUFPB apoiou o movimento “Plebiscito Popular por Um Brasil Mais Justo e Soberano” que buscou pressionar o Congresso Nacional e o governo para assegurar aos trabalhadores brasileiros mais dignidade e justiça fiscal. O sindicato fez uma intensa campanha dentro da categoria docente para reunir votos. As sedes do sindicato em João Pessoa e nos campi do interior exibiram cartazes com o QR Code para a votação eletrônica, além de material informativo sobre a importância do plebiscito e da defesa dos seus temas. Também foram instaladas faixas na universidade para informar toda a comunidade a respeito da mobilização.

“Fizemos o boca a boca, divulgando no nosso site e nas redes sociais, convidando nossa base para apoiar este movimento que surgiu da iniciativa da própria população, por meio de movimentos sociais e entidades de defesa dos trabalhadores. A ADUFPB esteve engajada nessa luta e apoiou também o fim da escala 6x1 e a taxa das grandes fortunas!”, declarou o diretor de Política Educacional, Fernando Cunha.

A campanha surtiu efeito e o cidadão pode votar nas urnas presenciais distribuídas em todos os estados do país ou através do site www.plebiscitopopular.org.



ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS CONSOLIDAM PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES NO SINDICATO

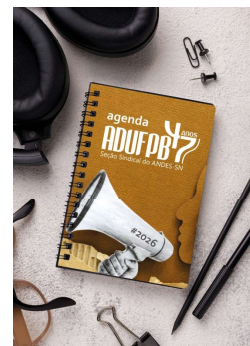


Em 2025, o Concurso Cultural de Fotografia da ADUFPB reuniu 77 imagens que foram inscritas por 27 docentes sindicalizadas(os). Assim como aconteceu em 2024, a seleção foi feita por votação popular, por meio do site da ADUFPB. Os professores que venceram o concurso foram agraciados com um dispositivo que estimula a leitura digital e o acesso a recursos educacionais. O concurso é organizado pela Assessoria de Comunicação do sindicato com orientação do Grupo de Trabalho Comunicação e Arte (GTCA) da ADUFPB.



Agenda da ADUFPB: espaço de expressão fotográfica dos docentes

Aguardada todos os anos com muita expectativa, a Agenda ADUFPB 2026 foi idealizada para apoiar os(as) professores(as) na organização de suas tarefas acadêmicas ou pessoais, trazendo um design focado na praticidade e na usabilidade. A edição de 2026 teve encadernação em espiral e voltou a ser ilustrada com imagens reunidas no 14º Concurso de Fotografia da ADUFPB. No total, a agenda compõem 40 fotografias inscritas pelos docentes da UFPB filiados(as) ao sindicato. A publicação é produzida pela equipe de comunicação do sindicato, com orientação e sugestões do GTCA da ADUFPB.



Sede de Leitura celebra a produção docente com lançamento de 14 obras

A ADUFPB realizou, em setembro de 2025, mais uma edição do projeto “Sede de Leitura”, iniciativa cultural e intelectual voltada ao lançamento de publicações acadêmicas e literárias de professores filiados à entidade. O evento ocorreu na Sede Sociocultural do sindicato, no bairro do Cabo Branco.

Durante a programação, autores e autoras apresentaram brevemente suas obras ao público e participaram de momentos de interação com os convidados, discutindo temas abordados nas publicações. A noite também contou com coquetel e apresentação musical de Danilo Wagner, em formato voz e violão.

As inscrições para participação foram realizadas ao longo do mês de setembro, por meio do site da ADUFPB. Ao todo, foram selecionadas 14 publicações, contemplando uma variedade de temas e formatos, desde ensaios acadêmicos até relatos pessoais. A diversidade das obras refletiu a pluralidade das áreas de atuação dos docentes da Universidade Federal da Paraíba. Segundo o presidente da ADUFPB, professor Edson Franco, o

projeto representou um momento significativo de valorização da produção intelectual docente. Ele destacou que o evento promoveu visibilidade às pesquisas e incentivou o diálogo e a troca de experiências entre os integrantes da comunidade acadêmica.

Entre os destaques apresentados estiveram obras de caráter técnico-científico, abordando áreas como gestão da informação, auditoria do conhecimento, educação, saúde pública, gênero e meio ambiente, além de produções literárias voltadas a memórias e vivências pessoais.

EDIÇÃO EM 2026

A Diretoria de Cultura da ADUFPB acredita que edição do Sede de Leitura deste ano deverá contar com um maior número de obras inscritas. A expectativa é de que o reconhecimento da classe docente ao projeto e a falta de eventos literários promovidos pela UFPB atraiam novos escritores a participarem da atividade promovida pela ADUFPB.



ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs) COLOCA A ADUFPB EM DESTAQUE NAS DISCUSSÕES NACIONAIS

Dentro da organização sindical, a luta deve ser pensada não só para a base da categoria, mas também pela base. É ela que deve pensar e definir prioridades, bandeiras, objetivos, deliberações e estratégias de mobilização. No caso do Andes - Sindicato Nacional não é diferente. A Diretoria da entidade possui caráter executivo, mas são os(as) docentes que formam a base que têm o poder de deliberar os rumos do sindicato.

Por esse motivo, é tão importante que as seções sindicais garantam a participação dos sindicalizados(as) em todas as instâncias de discussão e estejam presentes nas atividades nacionais organizadas pelo Andes. Na ADUFPB, esse trabalho vem sendo prioridade das gestões e tem assegurado importantes resultados para a entidade.

Uma das estratégias para ouvir a base é fortalecer os Grupos de Trabalho (GTs), que são espaços não deliberativos de formação sindical e assessoria política, responsáveis por formular propostas e debater temas estratégicos (como educação, carreira, gênero etc.) para subsidiar tanto a Diretoria local, quanto a nacional. Na ADUFPB, existem atualmente nove GTs ativos, que se reúnem periodicamente, com a participação tanto de diretores do sindicato, quanto de representantes da base.

INTERIORIZAÇÃO

Para ampliar a atuação desses grupos, a Diretoria Executiva tem incentivado a interiorização das reuniões, de modo a levar os debates para os campi do interior. Segundo a vice-presidente da ADUFPB, professora Rita Porto, essa é uma medida prioritária nas entidades também para discussões fora dos GTs, como, por exemplo, as surgidas a partir das reuniões nacionais do Setor das Federais do Andes-SN.

“Desta forma, estamos conseguindo levar debates muito importantes sobre temas como carreira, política educacional, formação sindical, infraestrutura e condições de trabalho para os campi de Areia, Bananeiras e Litoral Norte. A questão dos professores EBTT [Ensino Básico, Técnico e Tecnológico], por exemplo, foi tratada aqui em João Pessoa também, mas foi principalmente debatida no campus de Bananeiras”, enfatiza.

Ela explica que, com essa maior participação dos(as) sindicalizados(as), a ADUFPB está conseguindo ampliar as discussões em nível nacional e, hoje, é uma referência den-

tro do movimento docente em propositura de Textos de Resolução (TRs). Os TRs são documentos com propostas, debates e diretrizes apresentados nas instâncias máximas do Sindicato Nacional (CONADs e Congressos Gerais). Eles compõem o Caderno de Textos e servem para orientar as lutas, a organização e o posicionamento político da entidade durante o ano.

“Em relação à carreira, por exemplo, enviamos ao Conad Extraordinário do Andes textos que tratavam das questões do RSC [Reconhecimento de Saberes e Competências] e das aposentadorias que foram importantíssimos para pautar esses temas em nível nacional”, explica a professora Rita Porto. No 44º Congresso do Andes, realizado no início do mês de março em Salvador (BA), por exemplo, a ADUFPB apresentou TRs que sobre as questões organizativas e financeiras do Sindicato Nacional, a atenção a professores(as) com filhos(as) neurodivergentes e a importância da política de arte e cultura.

Confira os Grupos Trabalho da ADUFPB

- GT de Política e Formação Sindical (GTPFS)
- GT de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS)
- GT de Política Educacional (GTPE)
- GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)
- GT de Políticas Agrárias, Urbana e Ambiental (GTPAUA)
- GT de Comunicação e Arte (GTCA)
- GT Multicampia
- GT Verbas e Fundações
- GT Carreira



Reunião para debater propostas de TRs no 38º Congresso do ANDES, realizado em janeiro de 2026

TRS CONSTRUÍDAS A PARTIR DOS DEBATES NOS GRUPOS DE TRABALHO

Além das TRs construídas a partir dos debates nos Grupos de Trabalho, a relevância da ADUFPB no movimento docente pode ser sentida também pela presença ativa da entidade nas reuniões nacionais realizadas pelo Andes-SN. “A nossa participação fez com que muitos pontos que nós defendemos fossem colocados dentro de TRs enviados pela própria Diretoria do Andes para a discussão em nível nacional”, revela Rita Porto.

A vice-presidente da ADUFPB ressalta que as ações de incentivo aos Grupos de Trabalho no

sindicato não são recentes e já faziam parte do plano de trabalho de gestões anteriores. “A gente vem insistido em aumentar essa participação da base, chamando os colegas a se aproximarem do sindicato. E eu acredito que os resultados que colhemos agora são consequência de todo esse trabalho anterior”, declarou. Segundo ela, a ADUFPB está permanentemente construindo as condições necessárias para que a base seja ouvida. “Para que tenhamos sempre vez, voz, voto e participação nas decisões da nossa categoria”, concluiu.



ADUFPB SEGUE NA DEFESA DO DIREITO À APOSENTADORIA DIGNA

A luta da ADUFPB não se limita aos direitos dos(as) docentes que estão em sala de aula. Ela é ampla e considera, com especial atenção, os(as) profissionais aposentados(as), que dedicaram décadas de suas vidas à educação do país, mas, muitas vezes, não recebem o reconhecimento devido por tantos anos de trabalho. Dentro do planejamento de ações do sindicato para 2026, a valorização dos(as) aposentados(as) e a paridade com os(as) docentes da ativa são temas prioritários.

Uma das principais pautas neste momento é a questão do reequadramento (ou reposicionamento) da classe. A demanda integra o conjunto de reivindicações apresentado à Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), construída desde a greve de 2024, e tem mobilizado esforços do Andes-SN e da ADUFPB no sentido de pressionar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a atender o pleito da categoria.

“Com a implementação da Lei Federal nº 12.272/2012, foram criados degraus a mais na carreira, com a inclusão dos associados e mudanças para que os professores pudessem atingir a vaga de titular. Então, essa mudança na carreira fez com que muitos que se aposentaram antes da Lei não pudessem acender e ficassem parados na classe de adjunto. A grande maioria está entre adjunto 1 e adjunto 4. Isso faz com que eles tenham uma defasagem salarial em relação aos professores da ativa. E essa questão foi colocada na Mesa de Negociação com o Governo e é uma das principais demandas do sindicato”, explica o presidente da ADUFPB, Edson Franco.

SABERES E COMPETÊNCIAS

Concomitantemente a essa luta, a ADUFPB e outras seções sindicais entendem que, enquanto não se resolve a questão do reequadramento, deve-se colocar em pauta a possibilidade de concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os(as) docentes da base do Andes-SN. “O RSC já se faz presente na base do Sinasefe [Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica], tanto professores, quanto servidores técnico-administrativos. Somente a base do Andes-SN não tem acesso a esse direito”, explica Edson Franco.

Em razão disso, a ADUFPB apresentou e teve aprovado, no último Congresso do Andes-SN, um Texto de Resolução (TR) defendendo a luta pela concessão do RSC a docentes aposentados(as), como uma maneira para que aqueles que ficaram travados na categoria de adjunto possam ter a ascensão para a categoria associado e, desta forma, possam subir degraus na malha salarial.

“O RSC se apoia em uma visão mais ampla e contemporânea do que constitui o ‘saber docente’, reconhecendo que a excelência na docência não se resume apenas a diplomas acadêmicos”, argumenta a ADUFPB no TR. Conforme o documento, “existe um contingente de quase oito mil docentes no Magistério Superior, que seriam beneficiados pelo acesso a degraus na carreira se pudessem se submeter ao processo do RSC”.

Segundo o professor Edson Franco, o reequadramento e o RSC são duas frentes de batalha da mesma



Docentes da UFPB participam de manifestação, em Brasília, pela valorização da remuneração dos(as) aposentados(as)

luta: a valorização da remuneração dos(as) aposentados(as). “Enquanto não sai o reequadramento, entendemos que devemos também colocar em discussão o Reconhecimento de Saberes e Competências”, complementa o presidente da ADUFPB.

AUXÍLIO-NUTRIÇÃO

A ADUFPB também reivindica a criação do auxílio-nutrição, destinado a docentes aposentados(as). A proposta visa compensar a perda do auxílio-alimentação após a aposentadoria, fato que compromete a renda do(a) trabalhador(a) justamente em um período da vida em que aumentam os cuidados com saúde e alimentação. Ela é uma forma, também, de garantir aos(as) aposentados(as) os ganhos obtidos por servidores(as) ativos(as), que conquistaram reajuste de 160% do auxílio-alimentação de 2023 a 2026.

O benefício também integra a pauta de reivindicações da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Além disso, está em discussão no Senado Federal a Sugestão Legislativa nº 11/2025, que prevê a manutenção do auxílio-alimentação para aposentados(as). A relatoria está a cargo do senador Cid Gomes (PSB-CE) e o texto encontra-se atualmente em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se aprovada pela CDH, a sugestão pode virar Projeto de Lei.

“A ADUFPB tem concentrado esforços na valorização dos(as) professores(as) aposentados e na defesa da paridade salarial com os ativos. Em 2026, isso não será diferente. Estamos acompanhando a Mesa de Negociação e buscando informar a sociedade essa luta, de forma a mobilizar toda a categoria e pressionar tanto o Governo, quanto o Congresso Nacional a reconhecer a importância desses(as) profissionais que dedicaram a vida ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento do país”, avalia a vice-presidente do sindicato, professora Rita Porto.